

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – UNIS/MG
PEDAGOGIA
TATIANE APARECIDA DE SOUZA

SÍNDROME DE DOWN: relação família escola

Varginha
2017

TATIANE APARECIDA DE SOUZA

SÍNDROME DE DOWN: relação família escola

Monografia apresentada ao Centro Universitário do Sul de Minas Unis/MG, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada no Curso de Licenciatura em Pedagogia. Orientador: Prof. Ma. Maria de Fátima Monnerat Cruz Chaves.

**Varginha
2017**

TATIANE APARECIDA DE SOUZA

SÍNDROME DE DOWN: relação família escola

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Centro Universitário do Sul de Minas- UNIS/MG, como pré requisito para obtenção do grau de Licenciatura, pela Banca Examinadora composta pelos membros.

Aprovado em: 19/05/2017

Prof. Ma. Maria de Fátima Monnerat Cruz Chaves

Prof. Ma. Humberta Gomes Machado Porto

Prof. Ma. Luciane Madeira Motta Tavares

OBS.:

Dedico este trabalho aos meus pais, principalmente a meu irmão foi a inspiração para a realização deste trabalho e a meu marido pela paciência e apoio durante o período de minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me capacitou a cada momento e não me deixou desistir, pela fé e coragem que ele me deu. Agradeço aos meus pais pela confiança. Agradeço aos professores por ter sido presente em tantos momentos. Agradeço aos colegas de turma que sempre estiveram ao meu lado me dando força e lutando junto. E a todas as pessoas que esperaram pela minha formação torcendo e acreditando que ela seria possível, eu agradeço.

“É fundamental diminuir a distancia entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.” (Paulo Freire)

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo propor algumas reflexões sobre a necessidade de um trabalho bem estruturado por parte da escola em parceria com a família no percurso escolar do aluno com Síndrome de Down, auxiliando nas ações pertinentes ao processo inclusivo, de forma satisfatória e participativa. A família da criança com Síndrome de Down ao incluí-la na escola regular, está ciente que seu desenvolvimento é diferente e mais lento que o habitual. Poderá viver momentos de instabilidade emocional e precisará de suporte psicológico para sua aceitação e inclusão. Portanto, não se pode negar que há grande expectativa em relação ao seu processo de inclusão, como ambiente adaptado, acolhedor e propício, além das adaptações curriculares realizadas pelos professores para que as dificuldades sejam superadas dando espaço ao desenvolvimento de suas habilidades. A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica, fazendo uso de livros, revistas, artigos, leis que tratam sobre o tema. Espera-se que esse estudo contribua para uma relação mais próxima, intrínseca entre a família e a escola, possibilitando o sucesso do aluno com Síndrome de Down, necessitando de maior envolvimento e trabalho diferenciado para estimular suas potencialidades para um bom desempenho escolar, de modo que possam ser aplicados na vida cotidiana.

Palavras chave: Família. Escola Inclusiva. Síndrome de Down.

ABSTRACT

This research aims to propose some reflections on the need for a well structured work by the school in partnership with the family in the school student with Down syndrome, assisting in actions relevant to the inclusive process, in a satisfactory manner and participatory. The family of a child with Down syndrome to include it in the regular school, are you aware that your development is different and slower than usual. You will be able to live moments of emotional instability and need psychological support for the acceptance and inclusion of this student. Therefore, it cannot be denied that there are great expectations in relation to your process of inclusion, as adapted, cozy and conducive environment, in addition to the curricular adaptations carried out by teachers for the difficulties to be overcome by giving space to the development of their skills. The methodology used is the bibliographical research, making use of books, magazines, articles, laws that treat on the subject. It is hoped that this study will contribute to a closer relationship, intrinsic between family and school, making possible the success of the student with Down syndrome, requiring greater involvement and work to stimulate their potential for a good school performance, so that they can be applied in everyday life.

Keywords: Family. Inclusive School. Down syndrome.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 A SÍNDROME DE DOWN.....	11
3 A INTEGRAÇÃO NO AMBITO FAMILIAR E A IMPLICAÇÃO NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL.....	13
4 ESCOLA INCLUSIVA.....	15
5 CONCLUSÃO.....	20
REFERÊNCIAS.....	22

1 INTRODUÇÃO

O processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual avança a cada dia amparado por legislação própria, a saber, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDNEN) de 1996, ressaltando que foi a primeira lei na área educacional a dedicar um capítulo exclusivo à Educação Especial. Veio assim auxiliar muitas famílias a garantirem o direito de ter o filho estudando numa sala de aula regular, seguindo as regras e horários da escola, num constante processo de interação com os colegas, professores e funcionários, possibilitando um conhecimento maior de mundo a esse indivíduo considerado, muitas vezes, diferente e incapacitado, ficando à margem da escolarização e da sociedade.

Incluído nessa clientela se encontra o aluno com Síndrome de Down, que ao ser matriculado no ensino regular, seu desempenho dependerá muito da relação estabelecida entre a família e a escola. É indiscutível que qualquer deficiência possui limitações e comprometimentos em seu processo de desenvolvimento. Sabendo da complexidade dessa tarefa, a LDBEN em seu Art. 59, assegurou a presença do professor apoio, aliado às adaptações curriculares necessárias ao aluno com deficiência.

Para recebê-los a escola realizará as adaptações que se façam necessárias, garantindo a acessibilidade. Aos professores destina-se a função das adaptações curriculares, para um ensino de qualidade.

Com o intuito de deixar clara a necessidade de um trabalho bem estruturado por parte da escola e também da família no percurso escolar do aluno com deficiência será abordado o tema Síndrome de Down: relação família escola. Assim o objetivo dessa pesquisa consiste em analisar como a parceria entre a família e a escola pode auxiliar nas ações pertinentes ao processo inclusivo. Elenca ainda outros objetivos específicos sendo eles: realizar um breve histórico da Síndrome de Down; ressaltar o impacto causado na família pelo nascimento de um filho com Síndrome de Down; relatar a contribuição legal que ampara a inclusão do aluno com Síndrome de Down e sua inclusão na escola regular, também a ação do professor no acolhimento desse aluno.

Para desenvolvimento do tema será utilizada como metodologia científica a revisão bibliográfica. Nessa busca de conhecimentos sobre a inclusão dos alunos com Síndrome de Down apoiados pela parceria da família com a escola, serão colhidos dados bibliográficos de vários estudiosos que já pesquisaram sobre o tema. Dentre eles podem ser citados: Bissoto (2005), Díaz (2009), Glat (1996), Sampaio e Sampaio (2009), dentre outros.

Conforme Severino (2007), a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza, a partir do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p. 122)

No segundo capítulo, sua finalidade é caracterizar a Síndrome de Down, seus aspectos genéticos, físicos e psicológicos. No capítulo seguinte, o impacto causado na família pelo nascimento de um filho com a Síndrome de Down e o seu papel na inclusão social do mesmo. O quarto capítulo irá tratar da escola inclusiva, das diretrizes para a educação especial e os direitos de aprendizagem desses alunos. Também salientar a formação do professor como peça chave no desenvolvimento do trabalho em sala de aula e a contribuição do AEE para o processo de ensino aprendizagem.

Tais discussões pretendem aproximar os professores, escola em geral e a família de alunos com Síndrome de Down para que, cada uma desempenhando seu papel, resulte numa aprendizagem satisfatória e significativa.

2 A SÍNDROME DE DOWN

A Síndrome de Down é chamada assim em homenagem ao médico que pela primeira vez a descreveu, o inglês John Langdon Down no ano de 1866. Na época, foi denominada de idiotia mongólica, mongolismo devido as características serem parecidas com o povo mongol.

A palavra “síndrome” segundo o dicionário Aurélio significa um conjunto de sintomas que caracterizam determinada condição ou situação. Portanto não se pode dizer que a Síndrome de Down é uma doença e sim, uma condição genética.

De acordo com Pueschel (2006, p. 54), no início do século XX médicos suspeitaram que a causa da síndrome de Down fosse um problema nos cromossomos, mas faltavam técnicas para que exames mais avançados fossem feitos, que comprovassem suas suspeitas.

Com a evolução dos estudos científicos por meio de técnicas laboratoriais, em 1958 o médico francês Jerome Lejeune descobriu uma alteração cromossômica onde havia um cromossomo a mais em cada célula, precisamente no par 21 o que levou ao termo Trissomia 21. Ele homenageou o médico inglês pelo mérito e perfeita descrição da imagem dessas crianças chamando assim, de Síndrome de Down. (MUSTACCHI; PERES, 2000, p. 17)

Pueschel (2006) ressalta que além da Trissomia 21, a Síndrome de Down pode ser decorrente de outros problemas nos cromossomos: a translocação, quando a célula possui 46 cromossomos, mas o 21 está ligado a outro que na divisão celular provocará uma alteração e, o mosaïcismo, assim denominado por possuir células com 46 e 47 cromossomos formando uma espécie de mosaico, resultado de um erro nas primeiras divisões celulares.

Explica que são nas células que se encontram os genes responsáveis por nossas funções fundamentais e aparência. Assim como as pessoas sem deficiência, as pessoas com Síndrome de Down têm características herdadas de seus genitores. No entanto, o cromossomo 21 extra lhe confere características que são comuns a todos, que os tornam diferentes de seus familiares e de pessoas sem deficiência, mas parecidos entre si. (PUESCHEL, 2006, p.77)

Podem ocorrer alterações físicas segundo Mustacchi e Peres (2000), que lista as seguintes características: microcefalia e braquicefalia (cabeça pequena), fissuras palpebrais, hipoplasia da região mediana da face, pescoço curto, língua protusa e hipotônica, distância aumentada entre o primeiro e o segundo dedo dos pés, crânio achatado, mais largo e comprido; narinas normalmente arrebitadas por falta de desenvolvimento dos ossos nasais; quinto dedo da mão curto, curvado para dentro e formado com somente uma articulação, mãos curtas, ouvido simplificado, lóbulo auricular aderente e coração anormal.

A Síndrome de Down ocasiona também complicações clínicas que interferem no desenvolvimento, mas que podem variar de pessoa para pessoa:

Existe um conjunto de alterações associadas à SD que exigem especial atenção e necessitam de exames específicos para sua identificação, são elas: cardiopatia congênitas, alterações oftalmológicas, auditivas, do sistema digestório, endocrinológica, do aparelho locomotor, neurológicas, hematológicas e ortodônticas. Estudos nacionais revelam também, alta prevalência de doença celíaca (5,6%) em crianças com SD, que em caso de suspeita devem ser acompanhados por especialistas. (BRASIL, 2013, p. 21)

Sem uma real comprovação das causas da Síndrome de Down, a idade materna é o único fator provável devido ao fato das células germinativas que nascem com as mulheres e não são produzidas novas células ao longo da vida. Existe a possibilidade de que com o envelhecimento dos óvulos e o período de meiose dessas células fiquem suspenso por alguns anos, possa ocorrer algo que mantenha os cromossomos unidos e não se separem adequadamente no momento da concepção. A não-disjunção (separação) cromossômica também pode derivar do gameta masculino em cerca de 10 a 15% dos bebês com Síndrome de Down. Segundo cientistas alguns homens predispõem de genes “adesivos” que se mantêm unidos mesmo após a divisão celular. O fato é que não se sabe por que a síndrome de Down ocorre, nem como evitá-la. Pode ocorrer um caso a cada 800 nascimentos. (STRAY-GUNDERSEN, 2007, p. 27)

3 A INTEGRAÇÃO NO AMBITO FAMILIAR E IMPLICAÇÃO NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL

O nascimento de um filho com deficiência extingue todas as expectativas que são criadas antes de seu nascimento. Há fases de negação ao filho e períodos de aceitação da deficiência. Os pais podem lastimar a presença de um filho deficiente, sentido por ele uma afeição dualística, horas de pena, horas de superproteção.

Buscaglia (1993) enumera alguns sentimentos próprios de pais que têm um filho com deficiência(s). Como a criança perfeita não veio, é comum o sentimento de autopiedade, onde aparecem a lamentação, a decepção e a descrença. Existem muitas mães que se culpam pela deficiência da criança, pensando que não se cuidaram o suficiente durante a gravidez. Daí a necessidade de um acompanhamento psicológico, oferecendo suporte para esse enfrentamento.

A família precisa de um acompanhamento de profissionais no âmbito psicológico, para conseguir lidar com os sentimentos de impotência e do luto. Somente eles são capazes de compreender e enfrentar a inserção do filho deficiente na sociedade.

Vale a pena ressaltar que a superproteção dessa fase de luto e eventual aceitação por parte da família não é um processo linear, que uma vez ultrapassado o choque inicial a vida continuará sem problemas. Infelizmente não é assim. Esse luto, essa sensação de perda, esse sofrimento psicológico, sem dúvida alguma voltará a acontecer em momentos chave da vida da criança. (GLAT, 1995, p. 115)

A maioria das famílias passará por um processo de luto adjacente quanto ao nascimento de uma criança com alguma alteração ou deficiência, isso envolve quatro fases semelhantes ao luto. Na primeira fase de luto, ocorre a fraqueza, o desânimo frente ao choque e a descrença de que isso realmente esteja acontecendo. Na segunda fase de luto, aparece a ansiedade, manifestação de diversas emoções como depressão, raiva, impotência e o desejo de recuperar a pessoa perdida, ou seja, que existe cura ou uma forma de reverter a situação. A terceira fase de luto se caracteriza pela desesperança ante o reconhecimento da imutabilidade da perda, o medo do desconhecido e a impotência diante da situação nova. Finalmente, a quarta fase de luto traz uma recuperação, com gradativa aceitação da mudança, redução da ansiedade e da insegurança. Nesse momento a família buscará alternativas para aprender a lidar com esse indivíduo, literalmente vão cair na realidade, por os pés no chão. (CASARIN, 1999 apud DELLA-DÉA; DUARTE, 2009, p. 57).

A fase do luto pelo filho idealizado pode perdurar e vir a tona em diversos momentos da vida, cada um levará a uma desestabilização emocional inevitável, pois talvez não saberão como lidar com as situações que surgirem. Para Glat (1995, p. 116-117), um dos aspectos que devem ser compreendidos para uma efetiva integração familiar, é o de acreditar que todos os problemas que o deficiente ou outro membro da família venha vivenciar, estejam relacionados à deficiência em si. A família que centra sua atenção na deficiência acaba estruturando sua vida em função disso, o que não significa aceitação.

A participação em grupos de intervenção e programas de auxílio pode ser de muita ajuda aos pais de deficientes, pois auxiliam no incremento de informações e dos recursos de enfrentamento e adaptação, gerando a possibilidade de compartilhar suas vivências com outras pessoas que convivem com uma realidade parecida. (FIAMENGGHI JUNIOR; MESSA, 2007, p. 241)

A fase de luto é o momento de maior fraqueza emocional, abalando a família em todos os aspectos. Nessa fase caem por terra todas as expectativas, sonhos e ideais que alimentavam ao gerar um filho, necessitando assim de auxílio profissional, tanto para conhecer a síndrome, quanto para lidar com seus medos e ansios.

Filhos com deficiência necessitam de mais cuidados e uma atenção diferenciada, não são educados como outros filhos, porém os aspectos relacionados aos valores e limites básicos devem ser introduzidos desde os primeiros anos de vida, para a convivência familiar e social. (FIAMENGGHI JUNIOR; MESSA, 2007 p. 243)

A sociedade aceitará a pessoa com Síndrome de Down a medida que os processos inclusivos forem avançando na sua real aplicação, mas “[...] para que o indivíduo deficiente venha a ser integrado na sociedade, ele precisa antes de mais nada ser integrado em sua própria família.” (GLAT, 1995, p. 115)

Ao matricular seu filho na escola os pais devem estabelecer uma parceria com a instituição, é responsabilidade dos pais, assumindo seu papel, manter um diálogo com a escola e acompanhar o processo vivido pelos filhos. (HOFFMANN, 2001, p. 48)

Participando da vida escolar dos filhos, os pais valorizam mais os filhos, estreitando assim a relação de confiança, estimulando-os e incentivando-os a superarem suas dificuldades e limitações oriundas da deficiência, favorecendo-os no crescimento como aprendiz e como pessoa.

4 A ESCOLA INCLUSIVA

Prevendo uma escola inclusiva capaz de acompanhar as constantes evoluções da sociedade a Constituição Federal de 1988, garantiu o direito de todos os brasileiros à educação, sendo o ensino fundamental obrigatório (art. 28, inciso V), logicamente estendendo aos pais o dever de cumprir com essa determinação.

A Declaração de Salamanca (1994) na Espanha, realizado pela UNESCO na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade foi o marco histórico da inclusão, sendo assinado por 92 países, que teve como princípio fundamental: "todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível independente das dificuldades e diferenças que apresentem". (Declaração de Salamanca, 1994 item 3)

Uma década após a promulgação dessa Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, vem coroa-la, ressaltando a finalidade e importância da formação do educando, prevendo em seu artigo segundo que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

No entanto, no cotidiano vivenciado nas salas de aula, observa-se que nem todos os alunos aprendem e desenvolvem suas habilidades de forma homogênea. Cada aluno traz uma história de vida que o diferencia dos demais e o torna único em sua aprendizagem, seus interesses, motivações e aptidões variam, tornam a aprendizagem um fazer único e específico de cada caso, conforme o MEC, 1999.

Cientes da limitação que seus filhos possuem, os pais dos alunos com Síndrome de Down, se empenham para fazer valer o direito à educação dos mesmos seguindo orientação da Constituição Federal de 1988, que apresentou como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). O artigo 205 define a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Esclarecendo os pais e alertando-os da responsabilidade como genitores e provedores da inclusão escolar e social, foi elaborado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, sendo que o artigo 55 vem de encontro com a inclusão, declarando que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Lembrando que o maior avanço em prol da inclusão ocorreu com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, que dedicou um capítulo integralmente à educação especial, determinando no Art. 59 e parágrafos seguintes, que sejam oferecidos “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos específicos, para atender as suas necessidades.” Ainda o professor de apoio como peça fundamental para realizar as adaptações necessárias na aplicação dos conteúdos curriculares, com especialização para atendimento especializado e professores do ensino regular capacitados para integrar esses alunos nas turmas de classes comuns.

Para Sampaio e Sampaio (2009), a escola é o primeiro espaço de desenvolvimento biopsicossocial, que separa a criança da família. Para que ela seja democrática no sentido de oferecer educação para todos, é necessário priorizar o ensino de qualidade e a prática progressista e igualitária.

Atualmente, escola inclusiva passou a ser um novo conceito de instituição educacional. “A escola inclusiva é o processo de adaptação da escola, dos profissionais, dos currículos, dos procedimentos, das metodologias, avaliações, interações, espaço, tempo, critérios e programas para inclusão de todos em todos os seus graus.” (ROSS, 2004 apud OLIVEIRA; SILVA; SOUZA, 2009, p. 165).

Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN's, 1997) apresentou propostas de um ensino a nível nacional, considerando que os educandos com necessidades educacionais especiais deviam se inserir no contexto de educação regular. Baseado nessa premissa, Mendes (1999, p. 13) comenta que:

A princípio os PCN's defendem uma escola mais inclusiva a partir de uma valorização da diversidade e a possibilidade de adaptações curriculares como crítica à ideia de fracasso escolar centrado no aluno, demonstrado desta forma, uma sintonia com a legislação e com a visão de comprometimento com estes educandos.

Inclusão não é só aceitar alunos com deficiência na escola regular, o processo inclusivo vai além de fazer adaptações físicas e curriculares, reduzir o número de alunos por turma, criar de novas dinâmicas e metodologias de ensino, mas também, dar condições para o professor realizar com esses alunos um trabalho de qualidade com reais transformações dos

processos pedagógicos e das relações entre os agentes da instituição, no qual são mudanças exigidas pela educação inclusiva. (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p. 44-45)

Embora ainda que esbarre em muitas barreiras quanto ao cumprimento das leis inclusivas, é preciso acreditar e investir nessa proposta educacional. Como reforça Mantoan:

É importante destacar que as transformações exigidas pela inclusão escolar não são utópicas e que temos meios de efetivá-las. Essas mudanças, já estão sendo implementadas em alguns sistemas públicos de ensino e em escolas particulares do Brasil e do exterior, que aceitaram o desafio de tornar-se verdadeiramente inclusivos e estão fundamentados nas teorias educacionais pós-modernas, no multiculturalismo, e em novos paradigmas que emergem no cenário educacional neste início de século [...] É certo que os alunos com deficiências constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos, mas todos sabemos que a maioria dos alunos que fracassam nas escolas são crianças que não vem do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele! (MANTOAN, 2001, p. 125-126)

A inclusão escolar pode ser vista como uma exigência da evolução da sociedade que se transforma a cada dia, redimensionando seus valores e estabelecendo novos parâmetros.

Todos são capazes de aprender, cada um no seu tempo e à sua maneira. A escola deve se adaptar às condições de cada aluno para que essa aprendizagem seja significativa e efetiva. A deficiência é uma diferença como outra qualquer, sendo assim, a preocupação não deve ser em relação a essa questão, pois todos são capazes de obter conhecimento, “aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou ser menos privilegiada.” (BRASIL, 2007, p. 17)

Como abordado por Almeida e Portela (2009) Vygotsky considera o defeito como uma limitação, cuja influência é dupla e contraditória. Primeiro, porque o defeito abate o organismo e prejudica sua atividade. Segundo, porque, além de dificultar e alterar a atividade do organismo serve como estímulo para o desenvolvimento de outras funções e o provoca a realizar uma ação intensificada para poder compensar a deficiência e, assim, vencer as dificuldades.

Por um lado, ele é uma deficiência e atua diretamente como tal, produzindo falhas, obstáculos, dificuldades na adaptação da criança. Por outro lado, exatamente porque o defeito produz obstáculos e dificuldades no desenvolvimento e rompe o equilíbrio normal, ele serve de estímulo ao desenvolvimento de caminhos alternativos de adaptação, indiretos, os quais substituem ou superpõem funções que buscam compensar a deficiência e conduzir todo o sistema de equilíbrio rompido a uma nova ordem. (VYGOTSKY, 2011, p. 864)

A deficiência traz limitações e impossibilidades, mas ao mesmo tempo, possibilita o indivíduo formas de superação e adaptação à sua deficiência, criando novas maneiras de converter sua dificuldade em potencialidade e autocontrole.

As crianças com Síndrome de Down apresentam imaturidade intelectual referente à sua idade cronológica, o que pode causar certa defasagem no desempenho escolar em relação aos colegas da turma, fato que não a impede de desenvolver sua aprendizagem ao longo da vida escolar, pois pode maturar lentamente. (SCHWARTZMAN, 2000, p. 245)

Assim esse aluno deve receber atenção especial em decorrência de sua limitação, sendo que o professor precisa estar atento e se preparar para explorar todas as potencialidades possíveis para atingir as metas esperadas, oferecendo oportunidades de expressão, levantamento de hipóteses, recriando o conhecimento e dessa forma ele pode colocar em prática conteúdos referentes às suas experiências, vontades, anseios e capacidades. Assim os avanços cognitivos partirão desses conteúdos. (BATISTA, 2006, p. 24)

Curtinhas, (2011) apresenta sua contribuição sobre o assunto, ressaltando o respeito e atenção que o aluno deve receber dos professores para que tenha êxito em seus estudos, alertando que as características particulares do aluno devem ser tratadas com maior atenção, pois quando são comparados aos demais, é que ocorre a segregação e diferenciação entre os alunos. O professor nesse caso precisa construir uma relação próxima para aceitar e compreender esse aluno com ele, estimulando através do exemplo o comportamento dos demais alunos. (CURTINHAS, 2011, p. 3)

Os professores devem mediar o processo de aprendizagem desses alunos, oferecendo recursos e estratégias que estimulem a observação, a abstração do pensamento, auxiliando-os a desenvolverem sua maturidade, autocontrole, tendo condições de emitir suas opiniões, uma vez que tal síndrome acarreta uma série de fatores que podem concorrer para uma aprendizagem mais lenta, conforme Schwartzman (2000), alertando que:

Entre outras deficiências que acarretam repercussão sobre o desenvolvimento neurológico da criança com síndrome de Down, podemos determinar dificuldades na tomada de decisões e iniciação de uma ação; na elaboração do pensamento abstrato; no cálculo; na seleção e eliminação de determinadas fontes informativas; no bloqueio das funções perceptivas (atenção e percepção); nas funções motoras e alterações da emoção e do afeto (SCHWARTZMAN, 2000, p. 248)

O compromisso demonstrado pelo professor em relação ao aluno com Síndrome de Down contribuirá para o desempenho do mesmo, pois sua confiança e autoestima serão os eixos motivadores da aprendizagem. Vieira expressa essa sintonia de ambos de maneira muito

clara quando comenta que a relação estabelecida entre o professor a criança com deficiência pode facilitar ou dificultar o processo de ensino aprendizagem. A superproteção torna a criança dependente, sem iniciativa. A negação da deficiência pode exigir ações além das capacidades da criança, prejudicando e ignorando sua identidade e autonomia. E atribuir à deficiência os equívocos que a criança comete impede o professor de avaliar suas próprias estratégias pedagógicas e deixa a criança a Laissez-faire. Aceitar o outro conforme sua particularidade facilita o respeito a suas limitações e o trabalho sobre suas potencialidades. (VIEIRA, 2005, p. 50)

As limitações provenientes da Síndrome de Down não podem ser negadas, e nem tão pouco serem utilizadas como justificativa para um trabalho deficitário com o aluno. A postura do professor deverá ser de busca e conhecimento das causas neurológicas que a caracterizam e assim possuidor de um embasamento científico possa realizar as adaptações curriculares que contribuam para o desenvolvimento intelectual e cognitivo do aluno.

Como qualquer outro aluno, as atividades realizadas com alunos com Síndrome de Down devem ser significativas e de acordo com suas capacidades, interesses e utilização na prática cotidiana.

Além da inclusão na rede regular de ensino é necessária também a intervenção do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto na LDBEN (BRASIL, 1996) que vai auxiliar no progresso, na superação das limitações e desenvolvimento das habilidades do aluno com Síndrome de Down.

A escola (especial e comum) ao desenvolver o Atendimento Educacional Especializado deve oferecer todas as oportunidades possíveis para que nos espaços educacionais em que ele acontece, o aluno seja incentivado a se expressar, pesquisar, inventar hipóteses e reinventar o conhecimento livremente. Assim, ele pode trazer para os atendimentos os conteúdos advindos da sua própria experiência, segundo seus desejos, necessidades e capacidades. O exercício da atividade cognitiva ocorrerá a partir desses conteúdos. (BRASIL, 2007, p. 24)

AEE e educação regular se complementam em favor do aluno atendido. “Portanto, os dois: escola comum e Atendimento Educacional Especializado precisam acontecer concomitantemente, pois um beneficia o desenvolvimento do outro e jamais esse benefício deverá caminhar linear e sequencialmente, como se acreditava antes.” (BRASIL, 2007, p. 27)

Pautado num trabalho de equipe e com o apoio da família, a inclusão escolar vai ganhando uma nova roupagem, tornando-se uma realidade e adaptando-se às exigências da sociedade atual, redimensionando valores e estabelecendo novos parâmetros.

5 CONCLUSÃO

As escolas se encontram evoluindo no processo de inclusão dos alunos com Síndrome de Down, sendo que as escolas regulares estão se preparando e equipando para receber essa clientela tendo o apoio da família. Os professores estão tendo a preocupação de se adaptarem às condições de cada aluno, respeitando seu desenvolvimento que é mais lento que o habitual, criando situações de inclusão no meio escolar, dando o suporte pedagógico e profissional e sem fazer distinções.

A família tem um importante papel no desenvolvimento do membro com deficiência, não só como cuidadora, mas como suporte necessário para sua inclusão social. Ao descobrir a deficiência do filho deve buscar apoio de profissionais para promover a aceitação no seio familiar.

A partir desse trabalho em conjunto com a instituição, pode-se oferecer variedades de recursos didáticos somados à criatividade do professor, buscando estratégias simples que atinjam o aluno, despertando o desejo de aprender. Não dá para esperar mais. Os alunos e suas famílias pedem espaço, querem compromisso e buscam resultados.

O professor que atende esses alunos deve estar atento ao desenvolvimento humano e suas relações com o processo ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno estar sempre em busca de aprimoramento através de cursos, alimentando sua formação continuada, formação essa que reverterá em ganhos para seus alunos.

Outro fator imprescindível é investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar. Focar na formação profissional do professor torna-se relevante, no sentido de aprofundar as discussões teóricas práticas, proporcionando subsídios com vistas na evolução acadêmica do aluno.

Espera-se que o trabalho do professor que atua com alunos com Síndrome de Down avance dia a dia, garantindo seus direitos como pessoa, contribuindo para a sistematização da inclusão de forma natural e próxima das famílias que almejam e lutam para que seus filhos tenham uma escola digna. Que a inclusão não seja uma utopia, um sonho distante! O respeito às diferenças juntamente com a colaboração de todos os envolvidos contribuirão de forma positiva para que o aluno alcance um desempenho escolar satisfatório.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Cristina Abranches Mota, MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. 2. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006.
- BISSOTO, Maria Luísa. Desenvolvimento cognitivo e processos de aprendizagem do portador de Síndrome de Down: revendo concepções e perspectiva educacionais. **Ciência e Cognição**. Piracicaba, SP. v. 4. p. 80-88, 2005.
Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/485>> acesso 10/09/2016.
- BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**. Trad. Raquel Mendes. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9394/96**. Brasília/DF: MEC, 2016.
- _____. Ministério da Educação. **Estatuto da pessoa com deficiência Lei 13.146/2015**. Brasília/DF: MEC, 2015.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down**. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2013.
- _____. Ministério da Educação. **Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado deficiência mental**. Brasília/DF: MEC, 2007.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: [s. n.], 2008.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- _____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- CURTINHAS, Juliana Mendes. As Relações Afetivas na Escola. **VI Seminário nacional de Pesquisa em Educação Especial: prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado**. Nova Almeida-Serra/ES, UFES, 2011.
- DALLA DÉA, Vanessa H. S.; DUARTE, Edison (Org.). Síndrome de Down: informações, caminhos e histórias de amor. São Paulo: Phorte, 2009.
- DÍAZ, Félix et al (Org.). Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. In: OLIVEIRA, Jamine Barros; SILVA, Maria Celeste R.; SOUZA, Nayara

Alvez de. **Estratégia de saúde da família no processo de inclusão**: reinserção do escolar pós-hospitalizado. Salvador: EDUFBA, 2009. 354p.

DÍAZ, Félix et al (Org.). Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. In: PORTELA, Cláudia P. de Jesus; ALMEIDA, Célia V. P. de Jesus. **Família e escola**: como essa parceria pode favorecer crianças com necessidades educativas especiais. Salvador: EDUFBA, 2009. 354p.

FIAMENGGHI JR, Geraldo A.; MESSA, Alcione A. Pais, Filhos e Deficiência: Estudos Sobre as Relações Familiares. **Psicologia Ciência e Profissão**. São Paulo, SP. v. 27, p. 236-245, 2007.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932007000200006&script=sci_abstract> Acesso em 10 set. 2016.

GLAT, Rosana. O papel da família na integração do portador de deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, SP. v. 4. 1996.

Disponível em:

<http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista4numero1pdf/r4_art09.pdf> Acesso em: 10 set. 2016

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação para promover: as setas do caminho**. 7 ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

MANTOAN, M.T. E. Educação Inclusiva. In: **2º Seminário Internacional Sociedade Inclusiva**. 2001. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Anais 2003, p. 124-127.

MENDES, Enicéia Gonçalves, **Educação Inclusiva**: realidade ou utopia. São Paulo: USP, 1999.

MUSTACCHI, Zan; PERES, Sérgio. Genética baseada em evidências: síndromes e heranças. [S. l]: CID, 2000. Disponível em <<http://www.sindromedown.com.br/?p=498>> Acesso em: 19 mar. 2017

PUESCEL, Siegfried. **Síndrome de Down**: Guia para pais e educadores. 11. ed. Campinas, São Paulo: 2006.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos?. In: LEBEDEFF, T. B. PEREIRA, I. L. e S. **Educação especial - olhares interdisciplinares**. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. p. 41-55

SAMPAIO, Cristiane T.; SAMPAIO, Sonia R. **Educação inclusiva**: o professor mediando para a vida. Salvador: EDUFBA, 2009. 162 p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 2000.

STRAY- GUNDERSEN, Karen. **Crianças com Síndrome de Down: guia para pais e educadores**. Porto Alegre: Artemed, 2007.

VIEIRA, Therezinha. O aluno com síndrome de Down e a educação escolar. In: **Veredas – Formação superior de professores: módulo 7 – volume eletiva 3/SEE-MG**, org. Glaura Vasques de Miranda, Maria Antonieta Antunes Cunha, Maria Umbelina Caiafa Salgado, - Belo Horizonte: SEE- MG, 2005.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 863-869, 2011. Disponível em: <<http://redalyc.org/articulo.oa?id=29821081012>> Acesso em 5. mar. 2016.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A; STORER, Márcia Regina de Souza. O desenvolvimento cognitivo das crianças com síndrome de Down à luz das relações familiares. **Psicologia: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 31-40, 2002. Disponível em: <http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Editora/Revista_Psicologia/Teoria_e_Pratica_Volume_4_-_Numero_2/v4n2_art3.pdf>. Acesso em: 24 maio 2017